



VII CIMEIRA CABO VERDE-PORTUGAL

**“A MAIOR CIMEIRA DE SEMPRE”, DIZ O PRIMEIRO MINISTRO.
FORAM ASSINADOS 30 ACORDOS DE COOPERAÇÃO EM ÁREAS
FUNDAMENTAIS PARA O NOSSO PAÍS.**

PCFR

DO PESSOAL DOCENTE

APROVADA NA GLOBALIDADE

PROPOSTA DE LEI QUE APROVA O PLANO
DE CARREIRAS, FUNÇÕES E REMUNERAÇÕES
DO PESSOAL DOCENTE

Parlamento aprova Plano de Carreiras,
Funções e Remunerações do Pessoal
Docente



Governo resolve mais um caso
que herdou: antigos trabalha-
dores da empresa Justino Lopes
vão receber uma indemnização
do Estado



Ilha do Sal ganha novo Liceu:
Complexo educativo de Chã de
Matias vai ser inaugurado em
Fevereiro



VII CIMEIRA CABO VERDE - PORTUGAL

“A MAIOR DE SEMPRE”, DIZ O PRIMEIRO MINISTRO, ULISSES CORREIA E SILVA

Governo



Esta é “a maior Cimeira de sempre entre Cabo Verde e Portugal”, disse em Lisboa, o Chefe do Governo, Ulisses Correia e Silva, ao fazer balanço dos trabalhos da VII Cimeira Cabo Verde–Portugal que decorreu nos dias 27 e 28 de janeiro na capital portuguesa e que culminou com a assinatura de vários instrumentos, sobre vários domínios.

Concluímos a VII Cimeira, com excelentes resultados, reforçando de forma significativa a nossa parceria estratégica. Assinámos 30 acordos de cooperação em áreas fundamentais para o desenvolvimento do nosso país, como a transição energética, a economia azul, a justiça e a proteção civil”, avançou, destacando o aumento da contribuição para o Fundo Climático e Ambiental (FCA), no valor de 42,5 milhões de euros; a linha de crédito até 100 milhões de euros para investimentos empresariais; a criação de Centros de Excelência em Formação Profissional e o lançamento de um Programa de Transplante Renal em Cabo Verde, que irá reduzir as evacuações médicas para o exterior.

“Portugal, enquanto membro da UE e da NATO, é um parceiro especial para aprofundar a nossa Parceria

Especial com a UE, avançar no Programa de Parceria Personalizada entre Cabo Verde e a NATO e facilitar a integração de Cabo Verde como parceiro do Mecanismo Europeu de Apoio à Paz”, foi outro tema que Ulisses Correia e Silva abordou com o seu homólogo, Luís Montenegro.

“Registo também a oportunidade de partilharmos pontos de vista sobre temas internacionais fundamentais”, como a guerra na Ucrânia, a situação no Médio Oriente, “a realidade político-securitária no Sahel e no Golfo da Guiné, bem como o reforço da África na arquitetura global de governação e a defesa das especificidades dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento”.



De acordo como Primeiro Ministro cabo-verdiano, “com estes acordos, a nossa cooperação sai fortalecida e abre caminho para novas oportunidades de crescimento, modernização e inclusão social em Cabo Verde”.

“Continuarei a trabalhar, com determinação, para garantir que estes compromissos internacionais se traduzam em benefícios concretos para todos os cabo-verdianos”, rematou, antes de co-presidir, de seguida, ao encerramento do Fórum Económico Portugal-Cabo Verde.



INSTRUMENTOS BILATERAIS CELEBRADOS POR OCASIÃO DA VII CIMEIRA CABO VERDE – PORTUGAL



1. Memorando de Entendimento entre o Ministro Adjunto e da Coesão Territorial da República Portuguesa e o Ministério da Coesão Territorial da República de Cabo Verde.

2. Acordo de Revisão entre a República Portuguesa e a República de Cabo Verde do Acordo sobre Transporte Aéreo entre a República Portuguesa e a República de Cabo Verde.

3. Protocolo de Cooperação Técnica entre o Ministro das Infraestruturas e Habitação da República Portuguesa e o Ministério das Infraestruturas, do Ordenamento do Território e Habitação da República de Cabo Verde no domínio das Infraestruturas e Habitação.

4. Memorando de Entendimento entre o Governo da República Portuguesa e o Governo da República de Cabo Verde para o Desenvolvimento do Programa de Saúde.

5. Memorando de Entendimento entre o Ministério das Finanças da República Portuguesa e o Ministério das Finanças e do Fomento Empresarial da República de Cabo Verde relativo à disponibilização de uma linha de crédito para projetos de investimento empresarial até ao montante de 100 milhões de euros.

6. Segunda Adenda ao Memorando de Entendimento entre o Ministério das Finanças da República Portuguesa e o Ministério das Finanças e do Fomento Empresarial da República de Cabo Verde relativo à comparticipação no Fundo Climático e Ambiental.

7. Adenda ao Programa-Quadro de Cooperação no Domínio da Defesa entre o Ministério da Defesa Nacional da República Portuguesa e o Ministério da Defesa Nacional da República de Cabo Verde para o período de 2021-2026.

8. Protocolo de Parceria entre o Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, I.P., a Direção-Geral da Política da Justiça do Ministério da Justiça da República Portuguesa e a Direção-Geral da Política da Justiça do Ministério da Justiça da República de Cabo Verde para implementação do Projeto de Cooperação na Área da Justiça com a República de Cabo Verde em 2025.

9. Acordo de Cooperação entre a República Portuguesa e a República de Cabo Verde em Matéria de Proteção Civil.

10. Plano de Ação no domínio do Turismo entre o Turismo de Portugal I.P. e o Instituto do Turismo de Cabo Verde - 2025-2027.

11. Programa de Cooperação entre o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social da República Portuguesa e o Ministério das Finanças e do Fomento Empresarial da República de Cabo Verde 2025-2028.

12. Programa de Cooperação entre o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social da República Portuguesa e o Ministério da Família, Inclusão e Desenvolvimento Social da República de Cabo Verde 2025-2026.

13. Agenda de cooperação entre o Ministério do Ambiente e Energia da República Portuguesa e o Ministério da Agricultura e Ambiente da República de Cabo Verde.

14. Protocolo de Cooperação no Domínio do Ordenamento do Território entre o Ministro Adjunto e da Coesão Territorial da República Portuguesa e o Ministério das Infraestruturas, do Ordenamento do Território e Habitação da República de Cabo Verde.

15. Protocolo de Cooperação Técnica no domínio da Segurança Rodoviária entre o Ministério da Administração Interna da República Portuguesa e o Ministério da Administração Interna da República de Cabo Verde.

16. Protocolo de Parceria entre o Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, I.P., o Ministério da Administração Interna da República Portuguesa, e o Ministério da Administração Interna da República de Cabo Verde, para implementação do Programa de Cooperação Técnico-Policial e de Proteção Civil (PCTPPC) com a República de Cabo Verde para o biênio 2025-2026.

17. Memorando de Entendimento entre o Ministério da Saúde da República Portuguesa e o Ministério da Saúde da República de Cabo Verde no âmbito da Saúde Digital.

18. Memorando de Entendimento entre o Governo da República Portuguesa e o Governo da República de Cabo Verde sobre Cooperação no Âmbito das Infraestruturas Portuárias e dos Transportes Marítimos.

19. Memorando de Entendimento entre o Ministério do Ambiente e Energia da República Portuguesa e o Ministério da Indústria, Comércio e Energia da República de Cabo Verde no Domínio da Energia.

20. Memorando de Entendimento entre o Ministério do Ambiente e Energia da República Portuguesa e o Ministério da Indústria, Comércio e Energia da República de Cabo Verde no Domínio dos Recursos geológicos.

21. Protocolo de Cooperação entre a Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P. e a Autoridade Reguladora das Aquisições Públicas de Cabo Verde.

22. Memorando de Entendimento entre o Instituto Nacional de Administração, I.P. da República Portuguesa e a Direção Nacional da Administração Pública da República de Cabo Verde sobre Cooperação na Área da Administração Pública.

23. Protocolo de Cooperação entre o Observatório do Tráfico de Seres Humanos do Ministério da Administração Interna da República Portuguesa e o Observatório Nacional do Tráfico de Pessoas do Ministério da Justiça da República de Cabo Verde.

24. Protocolo de Entendimento e de Cooperação Técnica e Científica na Área da Saúde entre e a Unidade Local de Saúde de Coimbra, E.P.E., e o Hospital Central da Praia - Hospital Dr. Agostinho Neto.

25. Memorando de Entendimento de Cooperação Técnica entre a IP Engenharia, S.A. (Grupo Infraestruturas de Portugal) e a Infraestruturas de Cabo Verde, S.A., e Programa de Formação anexo.

26. Memorando de Entendimento entre a Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE) da República Portuguesa e a Entidade Reguladora Independente da Saúde (ERIS) da República de Cabo Verde, no âmbito da Avaliação e comunicação dos riscos na cadeia alimentar, Formação, Apoio Laboratorial, Troca de Informações e Partilha de Boas Práticas.

27. Protocolo de Cooperação entre o Instituto do Turismo de Portugal, I.P. e a Escola de Hotelaria e Turismo de Cabo Verde, E.P.E..

28. Acordo de Parceria entre o Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, I.P. e o Ministério da Cultura e das Indústrias Criativas de Cabo Verde relativo à implementação do Projeto "Grande Feira do Livro em Cabo Verde - Promoção do Livro e da Leitura - Edição 2025".

29. Acordo de Parceria entre o Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, I.P. e a Direção Geral da Política da Justiça, de Cabo Verde relativo ao Projeto "Reabilitação e Reintegração Social dos Reclusos através da Formação Profissional e da Empregabilidade".

30. Acordo de Parceria entre o Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, I.P. e o Ministério da Saúde da República de Cabo Verde relativo ao Projeto "Programa de Transplante Renal".

ULISSES CORREIA E SILVA DESTACA PARCERIA ESTRATÉGICA COM PORTUGAL NO ENCERRAMENTO DO FÓRUM ECONÓMICO

Governo



Ainda no quadro da realização da VII Cimeira Cabo Verde-Portugal, que decorreu hoje em Lisboa, o Primeiro Ministro, Ulisses Correia e Silva, destacou o papel de Portugal como parceiro estratégico do nosso país, “tanto no plano político-diplomático como empresarial”, e defendeu a articulação do nosso Programa Estratégico de Desenvolvimento Sustentável com o Programa Estratégico de Cooperação Portuguesa, “com oportunidades de investimento privado, especialmente na transição energética e na transformação digital”.

Na ocasião, ao co-presidir ao encerramento do Fórum com o seu homólogo português, Luís Montenegro, apontou dois instrumentos de financiamento importantes: a contribuição adicional de 42,5 milhões de euros para o Fundo Climático e Ambiental, aplicável em energias renováveis e mobilização de água, e uma nova linha de crédito de até 100 milhões de euros, com garantia soberana, para projetos em Transição Energética, Economia Azul, Economia Digital e Turismo. “Isto reforça o nosso compromisso com um ambiente de negócios mais atrativo, apoiado pela estabilidade política, a liberdade económica e a paridade fixa da moeda em relação ao euro”, sublinhou.



Além disso, destacou os avanços na digitalização dos serviços públicos, “com o Portal da Justiça já em funcionamento e o Portal Único de Serviços Públicos Digitais em desenvolvimento, bem como a melhoria da conectividade aérea inter-ilhas pela nova companhia CVsky”, anotou.

“Com o turismo em franco crescimento — onde Portugal é um emissor de referência — e a redução contínua do imposto sobre o rendimento das empresas, acredito que a nossa parceria estratégica continuará a trazer resultados positivos para ambos os países”, concluiu.



LANÇAMENTO DO CABO VERDE COUNTRY CLIMATE DEVELOPMENT REPORT (CCDR)

“O Cabo Verde Country Climate Development Report (CCDR), representa um marco estratégico na governança climática, oferecendo diretrizes integradas para a sustentabilidade e o desenvolvimento inclusivo do país”, afirmou o Ministro da Agricultura e Ambiente, Gilberto Silva, na cerimónia de lançamento do CCDR.

Ministério da Agricultura
e Ambiente



Segundo Gilberto Silva, esta iniciativa surge como mais um passo significativo na construção de uma boa governança climática em Cabo Verde, com um relatório que fornece uma visão integrada dos desafios e oportunidades para a sustentabilidade ambiental e climática no nosso país.

De acordo com o Ministro, o documento alinha-se com os compromissos nacionais, como o Plano Nacional de Adaptação (NAP), os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e o Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável (PEDS II).

“O relatório apresenta recomendações concretas para fortalecer a resiliência de Cabo Verde face às mudanças climáticas, abrangendo áreas críticas como a gestão sustentável da água, a transição para energias renováveis, a economia azul, o turismo sustentável e a mobilidade urbana”, frisou.



O PLANO DE CARREIRAS, FUNÇÕES E REMUNERAÇÕES (PCFR) DO PESSOAL DOCENTE APROVADO NO PARLAMENTO COM VOTOS FAVORÁVEIS DO MPD E ABSTENÇÃO DO PAICV E DA UCID

A Proposta de Lei que aprova o C (PCFR) do Pessoal Docente, passou na votação global final, com 38 votos a favor dos deputados do MpD, 22 votos abstenção do PAICV e 4 votos abstenção da UCID.

Ministério da Educação

PCFR

DO PESSOAL DOCENTE

APROVADA NA GLOBALIDADE

PROPOSTA DE LEI QUE APROVA O PLANO DE CARREIRAS, FUNÇÕES E REMUNERAÇÕES DO PESSOAL DOCENTE



O PCFR do Pessoal Docente traz vários ganhos para os professores, mas voltamos a destacar alguns destes ganhos:

O PCFR do Pessoal Docente é igualmente um estatuto especial dos professores, conforme o artigo 1º deste diploma e nos termos dos artigos 113º e 114º da Lei de Bases do Emprego Público e em cumprimento escrupuloso do disposto no artigo 70º da Lei de Bases do Sistema Educativo;

Aumento da base salarial de 78 mil escudos para 91 mil escudos para os docentes licenciados e de 24 mil escudos para 55 mil escudos para os não licenciados, 73 mil escudos para os Educadores de infância com licenciatura e 37 mil escudos para os Educadores de Infância sem licenciatura;

Regularização das pendências de Promoção (é atribuído até três promoções de forma automática sendo que nos casos em que a reclassificação é menos favorável de que a promoção é desconsiderada a reclassificação e efetivada as promoções em números dos anos de serviço);

Aumento do incremento salarial resultante da mudança de nível por via evolução na carreira,

integrados no Grupo de Enquadramento Funcional (GEF) 5 da tabela transitória de remuneração, passando esse incremento de 2 mil escudos para 5 mil escudos, sendo que a evolução na carreira vai terminar no salário de 136 mil escudos;

Aumento da bonificação dos créditos de desempenho para 210 para os professores mestrados e 280 para professores com grau de doutoramento, possibilitando uma evolução rápida na carreira, auferindo um salário melhor após a obtenção desses graus académicos. Com isto, o Governo está a repor um direito adquirido consagrado no Estatuto do Pessoal Docente de 1997, que arbitrariamente foi retirado no Estatuto da Carreira Docente de 2015, em vigor;

O PCFR dos Pessoal Docente prevê, igualmente, a contabilização do subsídio por não redução da carga horária no cálculo da pensão de aposentação, um direito adquirido com a entrada em vigor do Estatuto do Pessoal Docente de 1997, mas que foi eliminado no Estatuto do Pessoal Docente de 2015.

INAUGURADA LINHA MARÍTIMA CABO VERDE – SENEGAL - GÂMBIA

Governo



O navio DJILOR, de bandeira senegalesa, aportou ao Porto da Cidade da Praia com um carregamento de cerca de 4 mil toneladas de cimento, inaugurando, assim, a nova linha marítima promovida pela empresa Alkebulan Comimex. O mesmo navio vai levar de Cabo Verde, nesta sua primeira viagem, um carregamento de pedras de basalto.

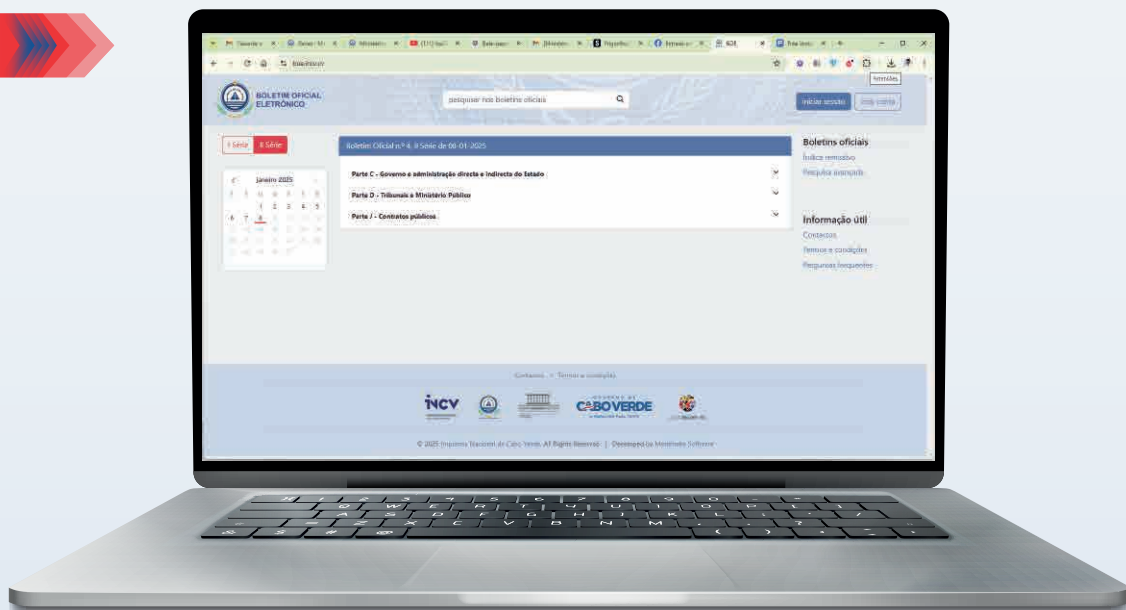
“A Cultura é a identidade de um povo e o Governo de Cabo Verde tem colocado este setor no centro com investimentos de várias ordens – como reabilitação de patrimónios, salvaguarda e valorização do património cultural e imaterial, financiamento de eventos marca, editais públicos do fomento às artes, investimento na nova geração para a cultura e as artes, formalização do setor.”

O sublinhado é do Ministro das Comunidades e Ministro do Mar, Jorge Santos, que manteve um importante encontro de trabalho com empresários cabo-verdianos nascidos em Senegal, com empresários senegaleses e franceses que criaram um consórcio a pensar na rota marítima comercial, que numa fase inicial ligará Cabo Verde, Senegal e Gâmbia, mas que deverá alargar-se para outros países.



ENTRADA EM FUNCIONAMENTO DA NOVA PLATAFORMA DO BOLETIM OFICIAL ELETRÔNICO (BOE)

Governo



A Imprensa Nacional de Cabo Verde (INCV) comunica que, ao abrigo da terceira alteração do Decreto-lei n.º 6/2011, de 31 de janeiro, que regula a organização do Boletim Oficial, foi publicado, no dia 31 de dezembro de 2024, o novo regulamento que prevê a entrada em funcionamento, a partir de 1 de janeiro de 2025, da nova plataforma do Boletim Oficial Eletrônico (BOE).

A nova plataforma, disponível em <https://boe.incv.cv/>, é uma solução moderna e avançada para a submissão de atos normativos, oferecendo aos cidadãos e órgãos oficiais acesso imediato aos conteúdos publicados. Além disso, garante a autenticidade, integridade e inalterabilidade das informações divulgadas no BOE, promovendo maior transparência e segurança nos processos legislativos.

O Boletim Oficial Eletrônico (BOE) permanecerá acessível de forma gratuita a qualquer cidadão, podendo ser consultado a qualquer momento, tornando o acesso à informação pública mais rápido, eficiente e seguro.

2025 TRAZ AUMENTO DO SALÁRIO MÍNIMO NO SETOR PÚBLICO E PRIVADO

Atualização do Valor do Salário Mínimo

2025



19.000\$
Para o Setor Público



17.000\$
Para o Setor Privado

Desde 01 de janeiro de 2025, o salário mínimo nacional foi ajustado para 17.000\$00, o que representa um aumento de 41,6% em comparação com o valor de 12.000\$00 registado em 2016.

No setor da Administração Pública, a remuneração mínima garantida teve um aumento de 46,2%, passando de 13.000\$00 para 19.000\$00.

Essas alterações visam refletir o compromisso do Governo em valorizar os trabalhadores e reforçar o poder de compra.

Mais Informações em:

<https://shorturl.at/MYwfB>

MINISTÉRIO DA
FAMÍLIA, INCLUSÃO
E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

GOVERNO DE
CABO VERDE
A TRANSFORMAR PARA TODOS



INSPEÇÃO GERAL
DO TRABALHO



“PROGRAMA DE VALORIZAÇÃO DO GROGUE DÁ PRIORIDADE À PROTEÇÃO DA SAÚDE PÚBLICA” – MINISTRO ALEXANDRE MONTEIRO

O Ministro da Indústria, Comércio e Energia, Alexandre Monteiro, garantiu, durante a abertura da Conferência das Partes Interessadas “Global Research on Grogue”, que “o Programa de Valorização do Grogue, que estamos a implementar, dá prioridade à proteção da saúde pública através de diversas medidas, entre outras, como a promoção da qualidade do produto e do processo de fabrico. Inclui também o condicionamento do licenciamento industrial ao licenciamento sanitário, a limitação legal do período anual de produção e o reforço da fiscalização”.

Ministério da Indústria,
Comércio e Energia



O Ministro afirmou que, desde 2015, o Governo de Cabo Verde tem implementado políticas ambiciosas para a valorização do grogue. Entre essas medidas, destacam-se a regulamentação da produção, comercialização e fiscalização, bem como ações de sensibilização e capacitação dos produtores, assegurando a qualidade e autenticidade do produto.

“Em 2015, apenas 3% das unidades cumpriam os requisitos necessários para o licenciamento, percentagem que aumentou para 6% em 2017. Para facilitar a implementação da lei, foi aprovada a Resolução n.º 87/2018, que institui um plano de adequação progressiva e faseada das unidades de produção de grogue às exigências legais, permitindo que, em 2023, mais de 60% das unidades de produção de grogue cumprissem os requisitos mínimos para licenciamento.”

Alexandre Monteiro avançou que “para 2025, estão previstas atividades para a certificação na indústria do grogue, contando com financiamento aprovado no Orçamento do Estado. Destacam-se programas de certificação baseados nas Boas Práticas de Fabricação (BPF) e no Sistema de Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controlo (HACCP), abrangendo todas as etapas da cadeia de valor do grogue, da produção até ao consumidor final.”



GOVERNO ESCLARECE: NÃO EXISTE QUALQUER INTENÇÃO DE ADESÃO À NATO

Governo



O Governo de Cabo Verde, através da Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, Miryan Vieira, já esclareceu que não existe qualquer intenção de adesão à NATO, ao contrário do que foi alegado pelo presidente do PAICV, sublinhando que “tais considerações não correspondem à verdade”.

A possibilidade de criação de bases militares estrangeiras em Cabo Verde nunca foi discutida com parceiros ou entidades externas, nem faz parte da política externa e de defesa nacional do país.

O Conceito Estratégico de Defesa e Segurança, aprovado em novembro de 2024, tem como foco a segurança marítima e a proteção da soberania nacional.

No debate parlamentar de junho de 2024, o Governo apresentou a possibilidade de uma parceria com a NATO no âmbito do Programa de Parceria Personalizada (Individually Tailored Partnership Programme), centrada na segurança marítima cooperativa.

Durante a recente Cimeira Portugal-Cabo Verde, o Primeiro Ministro Ulisses Correia e Silva reafirmou essa intenção de cooperação com a NATO, sem nunca mencionar adesão à organização.

É importante lembrar que, em 2006, Cabo Verde acolheu a operação Steadfast Jaguar da NATO, sem que houvesse qualquer especulação sobre adesão.

O Governo reafirma o compromisso com uma política externa coerente, baseada nos interesses estratégicos nacionais e na cooperação internacional para o desenvolvimento e segurança do país.

CABO VERDE E CHINA REFORÇAM COOPERAÇÃO COM ASSINATURA DE MAIS UM ACORDO

O Governo de Cabo Verde e o Governo da China assinaram, esta, um importante Acordo de Cooperação Económica e Técnica, no valor de 200 milhões de Yuans Renminbi, equivalente a 28,5 milhões de dólares.

Ministério dos Negócios Estrangeiros,
Cooperação e Integração Regional



A cerimónia de assinatura foi conduzida pela Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, Dra. Miryan Vieira, e pelo Encarregado de Negócios da Embaixada da China em Cabo Verde, Dr. Shi Leike.

O acordo assinado traduz a excelência das relações bilaterais, entre Cabo Verde e a China. Trata-se ainda da implementação dos compromissos acordados em setembro do ano passado, aquando da realização do FOCAC, em que a China fez o anúncio desse pacote para o nosso País.

Na sua intervenção, a Secretária de Estado precisou que o montante será empregue em projetos estruturantes, ainda a serem definidos, pelas partes.

O Projeto irá também consistir na assistência técnica, com concessão de importantes equipamentos para o reforço dos centros de videovigilância, mas também formação de técnicos para operacionalização desses equipamentos e manutenção dos referidos centros.

TARRAFAL DE SANTIAGO CONTEMPLADO COM PROJETO DO GOVERNO DE MELHORIA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA 100% LED

O Ministro da Indústria, Comércio e Energia, Alexandre Monteiro, efetuou uma visita ao município de Tarrafal de Santiago para acompanhar de perto o projeto de iluminação pública 100% LED, enquadrado na estratégia de melhoria da eficiência energética que está a ser implementada em todo o país.

Ministério da Indústria,
Comércio e Energia



De acordo com o governante, a cidade de Mangui e Chão Bom foram contempladas com soluções de iluminação pública mais eficientes. “Aqui no Tarrafal estamos a assinar a conclusão dos trabalhos de substituição integral das lâmpadas de vapor de sódio por lâmpadas LED. A cidade de Mangui e Chão Bom estão praticamente a 100% com lâmpadas LED. Foram substituídas cerca de 1.200 lâmpadas, num investimento de cerca de 8 mil contos”, afirmou.

O Município do Tarrafal, sendo um importante destino turístico, está a direcionar as soluções energéticas para a promoção de um turismo sustentável.

O Ministro Alexandre Monteiro assegurou que este projeto de melhoria de eficiência energética tem âmbito nacional.

“É um programa ambicioso em que pretendemos, até ao próximo ano, ter o país totalmente coberto com 100% LED. Estão previstas a substituição e o reforço, com estimativa de mais 40 mil lâmpadas, pois precisamos fazer ambas as coisas: substituir para ter soluções eficientes e reforçar para melhoria da iluminação pública”, destacou.

Santa Maria, na ilha do Sal, e a Cidade da Praia são alguns dos municípios que já estão 100% cobertos com iluminação pública LED. Conforme anunciou o Ministro, até ao final deste mês de janeiro, a ilha Brava também estará totalmente coberta com lâmpadas LED.



MINISTRO GILBERTO SILVA ANUNCIA RESOLUÇÃO DE AVARIA NAS DESSALINIZADORAS E REGULARIZAÇÃO DA ÁGUA NA PRAIA

O anúncio foi feito no dia 10 de janeiro, à margem da conferência de imprensa sobre a situação do abastecimento de água e o reforço de medidas urgentes de investimentos na Praia e em Santiago aprovadas pelo Governo. O Ministro informou da resolução da avaria, que pôs em causa o funcionamento de 2 dessalinizadoras, fazendo baixar a produção de água na cidade da Praia.

Ministério da Agricultura
e Ambiente



“A avaria já foi completamente solucionada, neste momento as quatro dessalinizadoras já estão a funcionar, com uma produção acima dos 15 mil m³ dia e, por conseguinte, a situação da distribuição vai ser regularizada em breve”.

O Ministro avançou que o Governo reconhece que a avaria causou penúria e naturalmente também a degradação da situação de abastecimento de água. Assim o Governo entendeu aprovar mais um pacote de investimentos com medidas urgentes que permitirão reforçar a capacidade de manutenção e de produção de água na ilha de Santiago.

“O Governo acabou de aprovar um pacote de medidas no valor de 583 mil contos que vão reforçar a capacidade das empresas ELECTRA e ADS com o objetivo muito claro de reduzir os riscos dessas avarias, aumentar a produção e melhorar

a eficiência na distribuição de água e sistemas de esgotos não só na cidade da Praia, mas também na ilha de Santiago”, frisou o MAA.

À semelhança de Santiago, o Governo vai aprovar nas próximas semanas medidas de investimento com igual objetivo para outras ilhas, em especial Sal e S. Vicente.

ESTADO VAI INDEMNIZAR MAIS DE 110 ANTIGOS TRABALHADORES DA EMPRESA JUSTINO LOPES COM UM MONTANTE SUPERIOR A 96 MIL CONTOS



O Governo de Cabo Verde autorizou a despesa de mais de 96 mil contos para indemnizar 113 antigos trabalhadores da empresa Justino Lopes, admitidos até ao ano de 2015. A medida foi formalizada na resolução nº 116/2024, de 30 de dezembro, do Conselho de Ministros, publicada no Boletim Oficial. A compensação pecuniária será atribuída aos trabalhadores da Associação dos Trabalhadores do Sector Agrícola de Justino Lopes, conforme o código laboral vigente e uma lista nominal divulgada no documento oficial.

A despesa autorizada para o pagamento das indemnizações é de 96.490.529 escudos (equivalente a noventa e seis milhões, quatrocentos e noventa mil, quinhentos e vinte e nove escudos). O pagamento será efetuado de forma faseada até 31 de julho de 2025, conforme o cronograma a ser definido num memorandum de entendimento entre as partes envolvidas. A resolução também prevê a quitação das compensações globais dentro do prazo estabelecido.

A origem deste processo remonta ao período pós-independência de Cabo Verde, quando o Governo nacionalizou várias propriedades privadas, incluindo as da extinta Sociedade Agrícola Comercial de Santa Filomena (SACOFIL), dando origem à Empresa Agroindustrial Justino Lopes. Com a mudança de regime em 1993, iniciou-se o processo de privatização da empresa. Durante este processo, 120 dos 199 trabalhadores optaram pela indemnização, enquanto 79 decidiram formar a Associação dos Trabalhadores do Sector Agrícola de Justino Lopes, mantendo a gestão das propriedades rústicas da ex-SACOFIL.

OBRAS DO TERMINAL DE CRUZEIROS DO MINDELO EM FASE DE CONCLUSÃO E APTO A RECEBER NAVIOS EM ABRIL

Esta garantia é do PCA da ENAPOR e foi transmitida ao Ministro do Mar que visitou as obras do primeiro Terminal de Cruzeiros em Cabo Verde, que estão na reta final.

Ministério do Mar



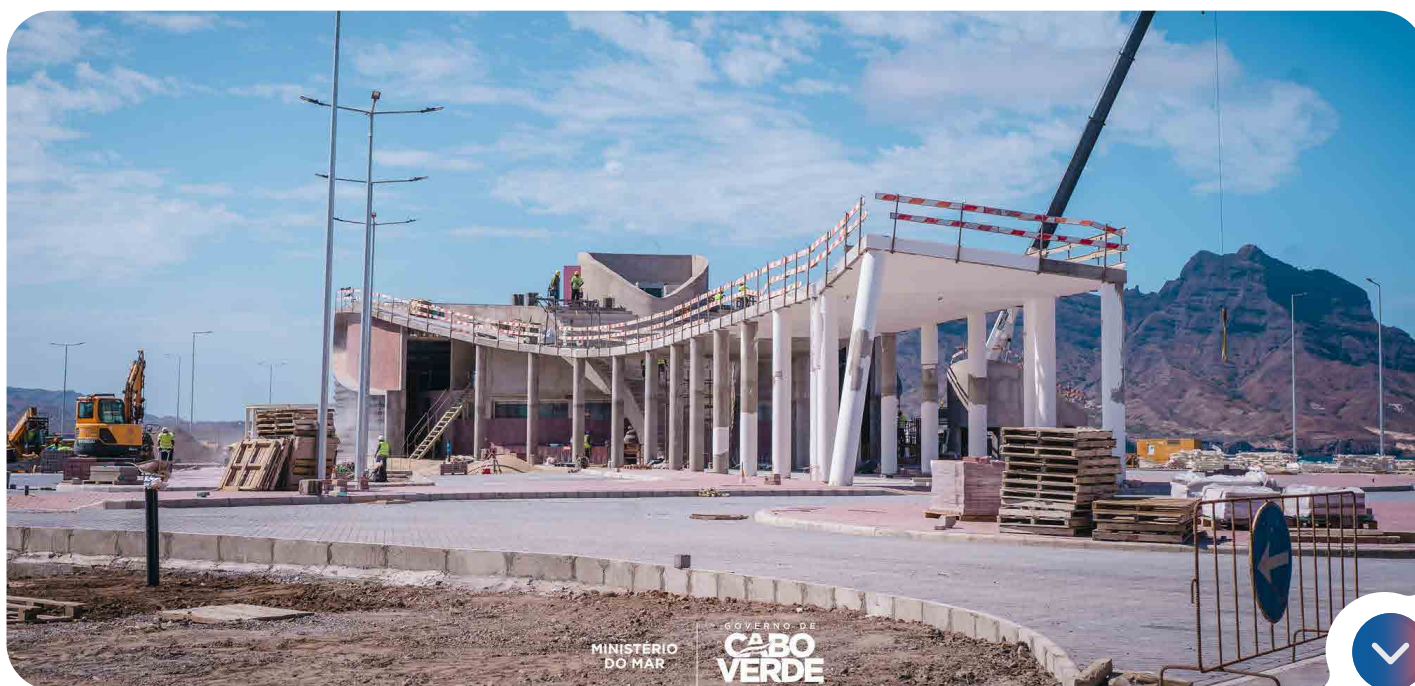
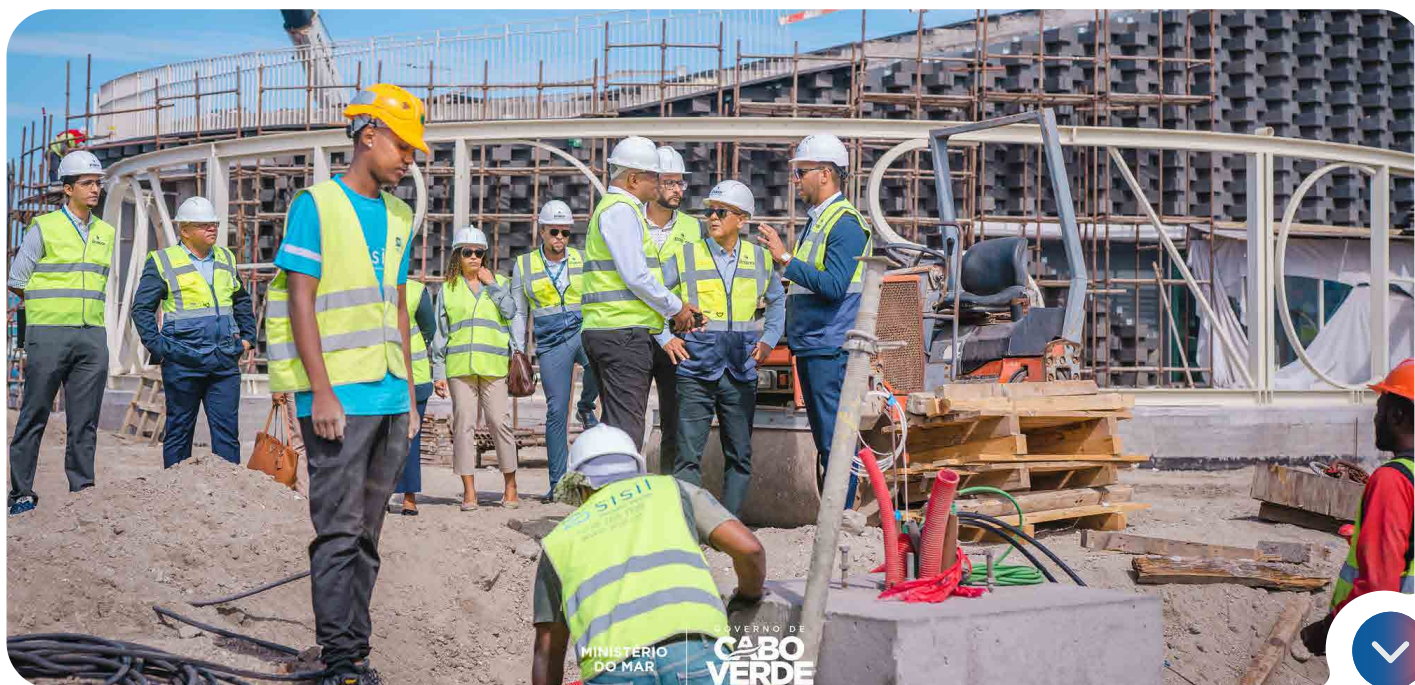
No quadro da visita de trabalho que o Ministro do Mar, Jorge Santos, efetuou, ao Terminal de Cruzeiros, o PCA da ENAPOR, Ireneu Camacho, confirmou ao governante que a entrega das obras está prevista para o final do mês de março, ainda no decurso da atual temporada de cruzeiros que se prolonga até maio.

“O Terminal de Cruzeiros, neste momento, está pronto para atracar navios de cruzeiros”, assegurou o PCA, observando que se está a terminar as obras terrestres para se ter melhores condições para receber os cruzeiristas que vão chegar à ilha.

“Em abril estaremos em condições de receber os navios cruzeiros”, juntou o PCA.

Durante a visita ao Terminal de Cruzeiros, o Ministro pôde constatar que a obra marítima já está concluída, que a primeira fase do projeto Onshore Power Supply, de energia e água, também está concluída, estando na fase final algumas intervenções na parte terrestre do Terminal e os arranjos exteriores da praça e do anfiteatro a céu aberto.





COMPLEXO EDUCATIVO DE CHÃ DE MATIAS: UM MARCO PARA A COMUNIDADE EDUCATIVA SALENSE

Ministério da Educação



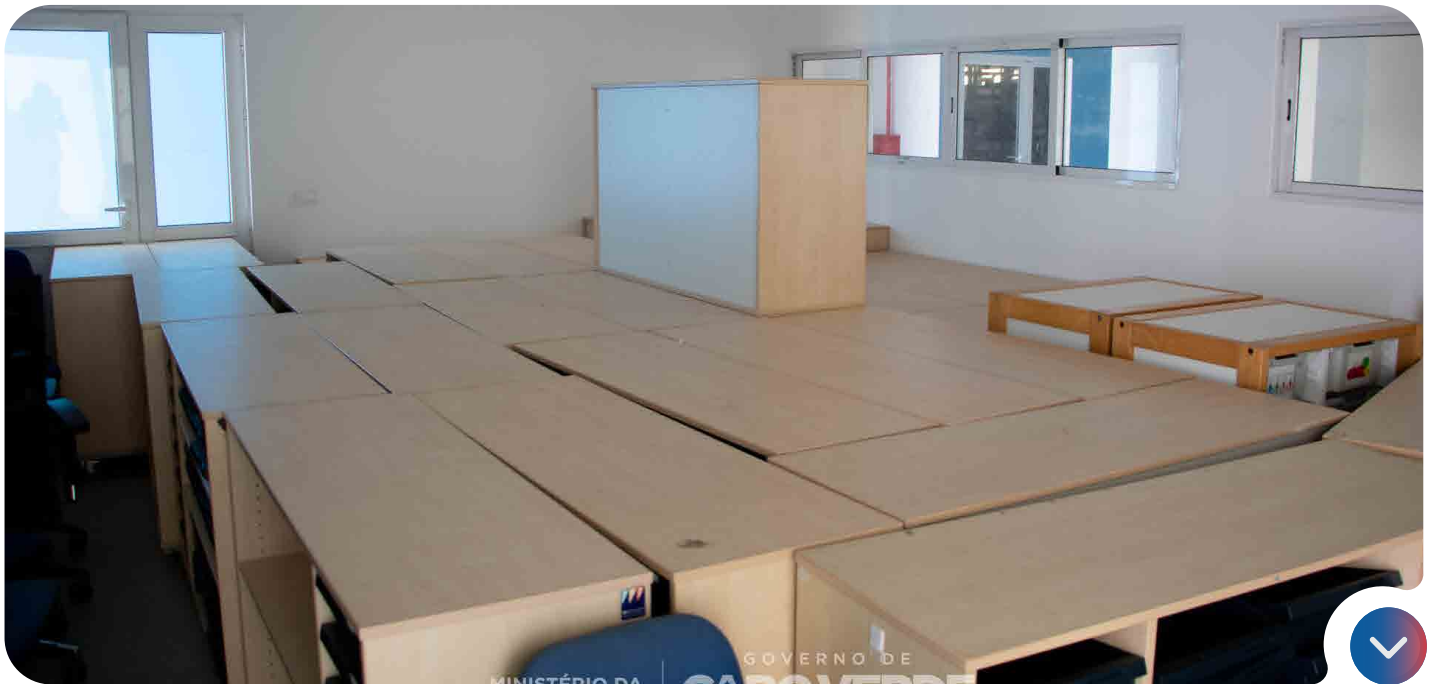
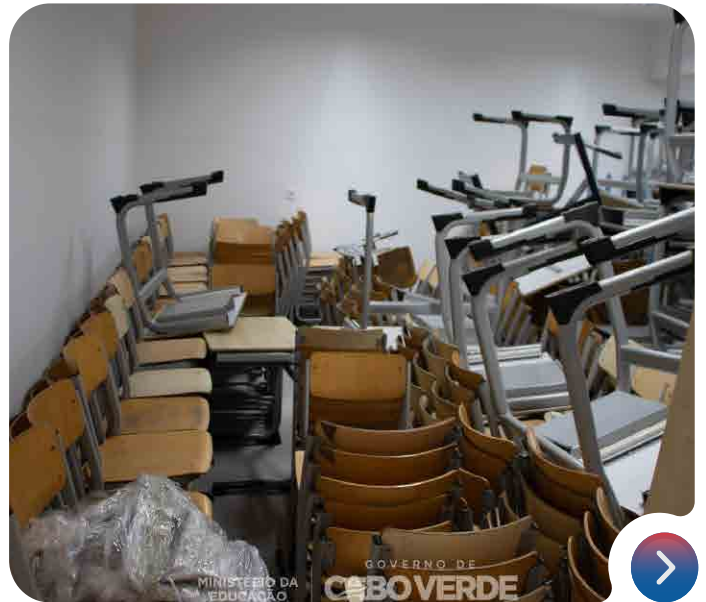
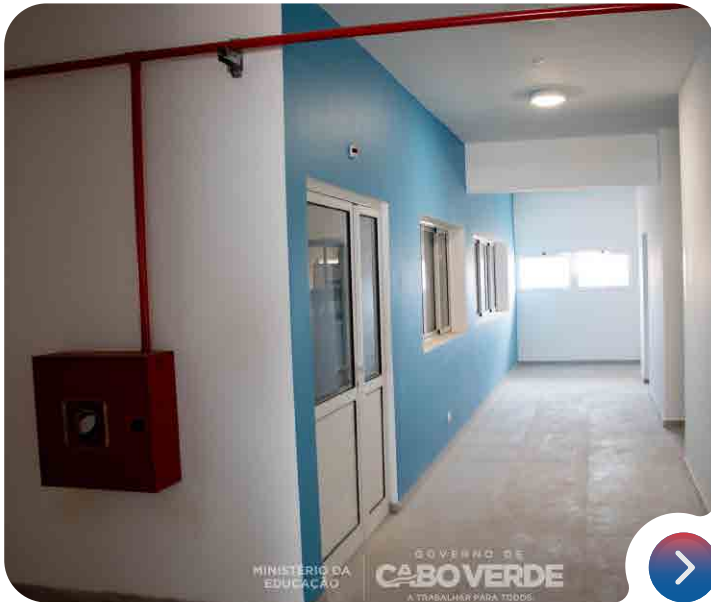
As obras de construção do Complexo Educativo de Chã de Matias, ilha do Sal, estão praticamente concluídas, contemplando 14 salas de aula para dar resposta ao crescimento populacional derivado a dinâmica demográfica da ilha do Sal. A construção desta infraestrutura educativa está orçada em cerca de 150 mil contos, financiada pelo Governo de Cabo Verde, através do Orçamento do Estado.

O Ministro da Educação, Amadeu Cruz, acompanhado do Presidente da Câmara Municipal do Sal, Júlio Lopes, visitou, esta importante infraestrutura educativa na ilha do Sal, cuja inauguração está prevista para o próximo mês de fevereiro.

Amadeu Cruz constatou com enorme satisfação a qualidade dessa infraestrutura educativa, moderna e funcional, adaptada às necessidades atuais, com espaços amplos, salas arejadas e áreas para atividades extracurriculares que tornam o ambiente mais acolhedor e produtivo para os alunos.

Com capacidade para acolher cerca de mil alunos, o Complexo Educativo de Chã de Matias é composto por 3 pisos, albergando 14 salas de aula amplas, arejadas e bem iluminadas, com capacidade para acolher 36 alunos/turma, secretaria, sala de direção, instalações sanitárias, biblioteca, sala de professores, cozinha e refeitório, laboratório de ciências, laboratório tecnológico, pátio e placa desportiva.





APROVADA NA GENERALIDADE A PROPOSTA DE LEI QUE CRIA A RENDA ESPECIAL COMO CONTRAPARTIDA DO DIREITO DE UTILIZAÇÃO E DEFINE A FORMA DE PAGAMENTO DOS CUSTOS DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Ministério da Indústria,
Comércio e Energia



A proposta de Lei foi apresentada, no parlamento, pelo Ministro da Indústria, Comércio e Energia, Alexandre Monteiro, e foi aprovada, por unanimidade dos deputados nacionais. Com esta proposta de Lei o Governo pretende dotar o país de um quadro legal que estabeleça princípios e responsabilidades, contribuindo para melhoria do serviço e redução dos custos da iluminação pública.

Durante a apresentação, o Ministro Alexandre Monteiro explicou que “o pagamento da renda especial será efetuado através de um mecanismo de compensação com os custos da iluminação pública, o que resultará na extinção da taxa de iluminação pública atualmente paga pelos consumidores finais, evitando o agravamento do custo de energia.”

Conforme avançou o Ministro, esta proposta de lei visa eliminar a ambiguidade legislativa existente em matéria do direito de utilização dos territórios municipais, fixando uma renda especial anual e introduzir um mecanismo de compensação aos municípios com baixos consumo de energia. “O melhor mecanismo é estabelecer o princípio da solidariedade institucional do Estado. De acordo com esse princípio, nos municípios cuja renda especial se revelar insuficiente para cobrir os custos da iluminação pública, os valores correspondentes aos défices serão pagos, subsidiária e complementarmente pelo Estado”.



GOVERNO SOCIALIZA ANTEPROJETO DE REQUALIFICAÇÃO URBANA DE RINCÃO

O Ministério das Infraestruturas, Ordenamento do Território e Habitação (MIOTH) fez a socialização do “Anteprojeto de Requalificação Urbana de Rincão,” no Município de Santa Catarina, ilha de Santiago. Este projeto faz parte do Programa de Melhoria da Conetividade e das Infraestruturas Urbanas (PMCIU), financiado pelo Banco Mundial, e tem como objetivo transformar Rincão numa localidade mais estruturada, atrativa e preparada para acolher investimentos futuros.

Ministério das Infra-estruturas,
Ordenamento do Território e Habitação



A Ministra das Infraestruturas, Eunice Silva, presidiu o ato de socialização deste importante projeto ressaltando a importância desta intervenção para o desenvolvimento da comunidade. O anteprojeto inclui a requalificação de arruamentos e vias, com o objetivo de melhorar a mobilidade para pedestres e veículos, criando um ambiente urbano mais organizado e coerente. Também está prevista a criação de uma nova orla marítima, adaptada às características locais, com o intuito de valorizar o potencial paisagístico e turístico de Rincão.

As intervenções visam não só melhorar as infraestruturas, mas também criar condições para que a localidade se transforme num polo de desenvolvimento económico e social, atraindo novos investimentos e impulsionando o turismo local.







VICE-PRIMEIRO MINISTRO PRESIDE ATO DE ABERTURA DO WORKSHOP SOBRE O “ESTUDO DAS ASPIRAÇÕES DOS JOVENS CABO-VERDIANOS NO PAÍS E NA DIÁSPORA”



Trata-se de uma iniciativa do Governo de Cabo Verde, no âmbito do desenvolvimento do Compacto Regional de Cabo Verde, através da UDP e do IDJ.

De frisar que este instrumento vai requerer uma forte parceria entre as Entidades Públicas, Câmaras Municipais, as organizações de jovens, organizações desportivas e organizações da sociedade civil. Criará igualmente as condições para que o Compacto Regional contribua para otimizar a realização do potencial dos jovens cabo-verdianos e acelerar o crescimento económico inclusivo e sustentável e a redução da pobreza.

MINISTRO DO MAR REAFIRMA DISPONIBILIDADE DO GOVERNO PARA “SÃ, LEAL E FRUTUOSA COLABORAÇÃO” COM SÃO VICENTE



Posição foi reafirmada por ocasião do dia do município de São Vicente, assinalado, em sessão solene e comemorativa no Salão Nobre do Paços do Concelho.

Ao presidir a sessão solene, na presença de autoridades locais, de forças vivas da sociedade minde-lense, perante um Salão Nobre repleto de personalidades e individualidades dos diversos quadrantes, o Ministro do Mar, Jorge Santos, em representação do Governo de Cabo Verde, reafirmou a disponibilidade do Executivo nacional para uma “sã, leal e frutuosa colaboração institucional” com a ilha de São Vicente, em claro respeito pela autonomia dos municípios, dizendo mesmo que da parte do Governo a disponibilidade é para um trabalho “árduo”.

“OS DESENVOLVIMENTOS NA INSTITUIÇÃO CASTRENSE TRADUZEM A VISÃO ESTRATÉGICA DO GOVERNO EM MODERNIZAR E CAPACITAR AS FORÇAS ARMADAS” – JANINE LÉLIS



Na sua intervenção, a Ministra de Estado e da Defesa Nacional, Janine Lélis, destacou a importância do “papel multifacetado” que as Forças Armadas “desempenham na manutenção da estabilidade e para o desenvolvimento do nosso país, na defesa e segurança e, enquanto “pilar fundamental para o Estado de Direito Democrático”.

Falando dos ganhos, ressaltou que “os desenvolvimentos na instituição castrense, traduzem a visão estratégica do Governo em modernizar e capacitar as Forças Armadas”. Fez referência ao programa de governação já cumprido com o objetivo de “imprimir maior eficácia, motivação e garantir a prontidão, fundamentais à existência das Forças Armadas”.

MINISTRA DA SAÚDE REÚNE COM O REITOR DA UNICV PARA TRATAR DO ESTATUTO DO MÉDICO DOCENTE



Decorreu um encontro de trabalho entre a Ministra da Saúde, Filomena Gonçalves, e o Reitor da Universidade de Cabo Verde, Arlindo Barreto, tendo como pano de fundo diversos assuntos, entre os quais, os Estatutos dos Médicos Docentes, a colaboração na oferta de cursos no âmbito do Plano Estratégico de Desenvolvimento de Recursos Humanos da Saúde, o curso de mestrado integrado em medicina e o projeto de criação da Faculdade de Ciências Médicas na Uni-CV.

Em declaração à Imprensa, a Ministra da Saúde assegurou que este encontro de trabalho está enquadrado no âmbito da agenda das parcerias para um pacto de regime à volta da saúde, salientando que,

do encontro, decidiu-se pela criação de uma comissão técnica para trabalhar o Estatuto do Médico Docente, de modo a que estes tenham mais e melhores condições para trabalharem através de um quadro legal que possa garantir o melhor em termos de formação.

GOVERNO REALIZA AUDITORIA AOS MUNICÍPIOS PARA VERIFICAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DOS PROGRAMAS SOCIAIS ASSOCIADOS AO CADASTRO SOCIAL ÚNICO



O Ministério da Família, Inclusão e Desenvolvimento Social (MFIDS) é o departamento do Governo de Cabo Verde responsável pela definição, condução e execução das políticas públicas do desenvolvimento social, combate à pobreza e à exclusão social, bem como pela proteção e apoio às famílias, crianças, adolescentes, idosos e pessoas com deficiência.

Neste quadro, o MFIDS tem a missão de garantir que os recursos e programas sociais do Governo sejam executados com eficiência e transparência, atendendo de forma justa e imparcial às necessidades da população, no sentido de assegurar a igualdade de oportunidades a todos.

Assim, o Governo de Cabo Verde, através do Ministério da Família, Inclusão e Desenvolvimento Social, no âmbito da melhoria contínua dos seus programas sociais, executados pelas Câmaras Municipais e, tendo em conta a implementação do Mecanismo de Gestão de Informações e Reclamações do Cadastro Social Único, vai proceder com uma auditoria a todos os Municípios do país para a verificação da efetivação dos programas sociais associados ao Cadastro Social Único.



MINISTRO JOSÉ FILOMENO CARVALHO PARTICIPA NA REUNIÃO DO COMITÉ DE ASSISTÊNCIA AO DESENVOLVIMENTO DA OCDE



O Ministro dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Integração Regional, Embaixador José Filomeno Monteiro, participou, por videoconferência, na reunião do Comitê de Assistência ao Desenvolvimento da OCDE (CAD OCDE), dedicada ao exame dos pares à Cooperação luxemburguesa em Cabo Verde.

Na sua intervenção, o Chefe da Diplomacia cabo-verdiana apresentou as prioridades de Cabo Verde, destacou os avanços na cooperação para o desenvolvimento, reforçando a posição do nosso país como um Pequeno Estado Insular em Desenvolvimento.

O governante enfatizou, no seu discurso, a importância de se financiar o desenvolvimento sustentável com mecanismos inovadores, uso do Índice de Vulnerabilidade Multidimensional, como ferramenta para medir vulnerabilidade e o aumento do financiamento climático e parcerias sólidas para superar desafios estruturais.

LOURENÇO LOPES VISITA ÓRGÃOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL EM S. VICENTE



O Secretário de Estado Adjunto do Primeiro-Ministro, Lourenço Lopes, realizou, entre os dias 23 e 24 de janeiro, uma série de visitas aos órgãos públicos e privados de comunicação social, sediados em S. Vicente, com deslocações à Inforpress, à Televisão e Rádio de Cabo Verde e ao Jornal "Terra Nova".

NÓS ESTAMOS, DE FACTO, A TRABALHAR PARA UMA VERDADEIRA REFORMA NAS FORÇAS ARMADAS” – JANINE LÉLIS



A Ministra de Estado e da Defesa Nacional, Janine Lélis, recebeu, os cumprimentos de Ano Novo do Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, Contra-Almirante António Monteiro, tendo na sua intervenção destacado todas as realizações extremamente importantes já implementadas no setor da defesa, bem como a visão estratégica que está subjacente a cada uma delas.

“Nós estamos, de facto, a trabalhar para uma verdadeira reforma. Coisas novas, inovadoras, desafiantes, que implicam, de facto, muita articulação e engajamento para que se possam alcançar esses resultados”, sublinhou a Ministra, assegurando que “a ambição é também ter Forças Armadas com um nível de capacitação que sirva a tudo o que seja essencial para o país”.

MINISTRO DO MAR VISITA AUTORIDADE DA ZEEMSV E DEFENDE ALINHAMENTO ENTRE AS VÁRIAS INSTITUIÇÕES



Na sua primeira visita oficial à Autoridade da Zona Económica Especial Marítima em São Vicente, realizada recentemente, o Ministro do Mar, Jorge Santos, defendeu a urgência de um alinhamento institucional entre os diversos organismos e sustentou que o Ministério do Mar “é um catalisador” para permitir que haja diálogo e pôr os órgãos da Zona Económica Especial a funcionar, lembrando que, para além da ZEEM, há outras instâncias de decisão, pelo que defendeu ser “fundamental” haver uma articulação.

O governante pontuou que a ZEEM é uma instituição “importante, em construção”, com missão definida ao nível da promoção do desenvolvimento económico da região norte do país, envolvendo as ilhas de

São Vicente, Santo Antão e São Nicolau, sendo responsável pela promoção e desenvolvimento na transformação da economia marítima para a economia azul.

MINISTRA EUNICE SILVA VISITA OBRAS DO GOVERNO NA ILHA DO SAL



A Ministra das Infraestruturas, Ordenamento do Território e Habitação, Eunice Silva, realizou hoje uma visita de trabalho à Ilha do Sal para acompanhar o andamento dos projetos em curso nesta ilha. Acompanhada da representante do Banco Mundial em Cabo Verde, Indira Campos, a tutelar da pasta das infraestruturas iniciou a visita no estaleiro da obra da estrada Espargos/Santa Maria, tendo igualmente percorrido todo o troço em intervenção, precedido de uma visita à central de produção de materiais.

A Ministra destacou o compromisso do Governo com a modernização das infraestruturas do Sal e anunciou uma nova visita dentro de dois meses para monitorar o avanço das obras, reforçando a importância do cumprimento dos prazos estipulados para a conclusão das intervenções.